

**UMA ANÁLISE DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM MATERIAIS  
DIDÁTICOS DA EJA**

**AN ANALYSIS OF THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN DIDACTIC  
MATERIALS OF EJA**

**UN ANÁLISIS DE LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN MATERIALES  
DIDÁCTICOS DE LA EJA**

**Vinicius Renan Rigolin de Vicente**

Licenciado em Geografia e Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

[viniciusrigolin@hotmail.com](mailto:viniciusrigolin@hotmail.com)

**Jani Alves da Silva Moreira**

Doutora em Educação e Docente Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

[jasmoreira@uem.br](mailto:jasmoreira@uem.br)

**Recebido para avaliação em 04/01/2017; Aceito para publicação em 25/03/2017.**

**RESUMO**

Trata-se de uma análise crítica que prioriza uma compreensão histórica sobre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Discute-se sobre o processo de institucionalização da EJA, ora presente e ora ausente nos documentos oficiais do Brasil. Por meio de uma pesquisa qualitativa, apresentam-se uma compreensão e uma análise dos materiais didáticos para o ensino fundamental da EJA, disponibilizados por uma instituição pública no município de Maringá-PR. A análise examina de maneira crítica como os temas da disciplina de Geografia estão dispostos e como são desenvolvidos. Interpretam-se as atividades propostas no material a fim de evidenciar quais são as dificuldades de compreensão do ensino de Geografia expostas pelos alunos adultos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Ensino Geográfico; Materiais Didáticos.

**ABSTRACT**

This is a critical analysis that prioritizes a historical understanding about Youth and Adult Education (Brazilian Portuguese: Educação de Jovens e Adultos – EJA). It discusses about the process of institutionalization of AYE, sometimes present and sometimes absent in the official documents of Brazil. Next, we discussed about teaching materials for elementary schools, available to students and young adults in a public institution in Maringá-PR. The analysis examines how the topics covered by geography discipline are arranged and how they are developed and taught, and interprets the activities proposed in the material, pointing out the difficulties that EJA students have in understanding Geography.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Geography Teaching; Teaching Materials.

**RESUMEN**

Un análisis crítico es el que prioriza un acuerdo histórico sobre el modalidad de la Educación de Jóvenes y Adultos – EJA. Es hablado de en el proceso de institucionalización de EJA, algunas

épocas actuales y las otras épocas en que él / ella están ausentes en los documentos oficiales de Brasil. Pronto después, las observaciones son comprendidas en relación con los materiales didáticos para la enseñanza fundamental, hicieron disponible los estudiantes Juventud y adultos de una institución pública en el distrito municipal de Maringá-PR. El análisis examina en una manera crítica, cuando los temas de la disciplina de geografía son voluntarios y cuando son desarrollados. Es interpretado las actividades propusieron matrimonio en la tela en orden a pruebas de a pruebas, cuál son los apuros del conocimiento de la enseñanza de geografía presentado por los estudiantes.

**Palabras clave:** Educación y Jóvenes y Adultos; Educación Geográfica; Materiales de Enseñanza.

---

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica que assume uma importante função na formação integral dos sujeitos, agregando-lhes elementos e valores que proporcionam a possibilidade de elevação e o estabelecimento de sua identidade cultural brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394/96 – em seu artigo 37, define que “[...] a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Procura-se, assim, restabelecer um direito constitucional historicamente negado a essa população que apresenta uma diversidade cultural, política e social.

Ao verificar a diversidade cultural presente nos projetos político pedagógicos das instituições que ofertam tal modalidade, consideram-se como prioritárias as reflexões sobre a realidade que circunda os estudantes. O discente jovem adulto deve ser visto como sujeito sócio-histórico-cultural, dotado de conhecimentos e experiências acumuladas ao longo de sua vida e que possui seu tempo específico de formação que deve ser respeitado.

A EJA espera ir além do senso comum e ampliar a visão de mundo até então edificada pelos estudantes. Para tanto, deve levar em consideração seu tempo de permanência no processo educativo, apesar de ser vislumbrada como uma acepção própria e totalmente individualizada.

Os estudantes da EJA, sobretudo os que cursam o sistema público de ensino, trazem consigo a marca da sociedade de classes<sup>1</sup>, devido à sua inserção antecipada no mercado de trabalho, por causa das condições socioeconômicas pelas quais esses discentes se deparavam na infância ou na adolescência. Nesse sentido, a família também não

---

<sup>1</sup> A expressão “sociedade de classes” utilizada no texto tem como base a compreensão pautada na teoria do Materialismo Histórico, na qual a origem da humanidade está fundamentada na luta de classes.

consegue ofertar um suporte para que o estudante permaneça na escola e conclua sua escolaridade em idade própria (Art. 37 da LDB nº 9394/96).

Nessa pesquisa, considera-se que o trabalho é o princípio mediador da ação humana frente à natureza, com o aproveitamento escolar dos educandos, pois os alunos da EJA são trabalhadores e suas experiências devem ser valorizadas e vivenciadas. Destaca-se que na base da atividade econômica está o trabalho, pois é o que torna possível a produção de qualquer bem, com a criação de valores que constituem a riqueza social; foi por meio do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. Marx (1983, p. 153) conceitua que:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

O trabalho é uma atividade direcionada na qual há uma relação mediada, porque há sempre um meio de trabalho, um instrumento que torna mediada a relação sujeito e matéria. O trabalho só se realiza quando a matéria natural, pela ação do homem, é transformada. Assim, a categoria trabalho implica em uma interação na marca da própria sociedade, pois o trabalho é fundante do ser social, ou seja, daquele que tem a capacidade de proteger, de conquistar a liberdade e dispõe da capacidade de socialização; desse modo, quanto mais rico o ser social, tanto mais diversificadas e complexas são suas objetivações.

O presente texto é resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2015 em uma instituição pública de EJA na cidade de Maringá-PR. O objetivo foi analisar como os estudantes jovens e adultos do Ensino Fundamental reagem e interpretam a educação geográfica disponibilizada nos materiais didáticos ofertados pela instituição de ensino. A ênfase para alcançar o proposto pautou-se na metodologia, que além da análise bibliográfica e análise do material didático, também se utilizou da pesquisa de campo mediante a aplicação de questionário e entrevistas com os professores dessa modalidade de ensino. O intuito foi examinar os materiais do Ensino Fundamental da EJA, averiguar de maneira crítica como os temas da disciplina de Geografia estão dispostos e desenvolvidos nos livros didáticos. Buscou-se interpretar as atividades propostas e identificar as dificuldades que os alunos dessa modalidade possuem em compreender o ensino geográfico.

## **HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

A partir da colonização portuguesa no Brasil, tiveram início as ações políticas para a efetivação da educação de jovens e adultos focadas no processo de alfabetização. Todavia, ainda são recentes o reconhecimento e a definição dessa modalidade enquanto política pública de acesso e continuidade à escolarização básica.

Durante o período colonial, a simples e elitista oferta escolar existente tinha cunho religioso e se dava por meio do monopólio jesuítico e com o objetivo de impor os ideais da Igreja Católica e da cultura europeia. As ideias relacionavam-se à preocupação das elites em ampliar o seu poderio econômico pelo aumento do número de escravos, revelando o descaso com o investimento em educação. Há aproximadamente quatrocentos anos, houve o domínio de uma cultura essencialmente branca, cristã, masculina e alfabetizada em detrimento à cultura dos índios, negros, mulheres e analfabetos. Observa-se que no decorrer da história da educação brasileira ocorreu uma educação discriminatória, seletiva e excludente (BRASIL-COSTA, 2015).

Nos anos finais do século XIX e início do século XX, sob uma conjuntura de crescimento urbano-industrial e por influência da cultura europeia, foram aprovados projetos de leis que ressaltaram a obrigatoriedade da educação de adultos a fim de atender aos interesses das elites e com a finalidade de aumentar o contingente eleitoral, principalmente no primeiro período republicano (BRASIL-COSTA, 2015).

No final dos anos 1940, foram implementadas as primeiras políticas públicas educacionais para os alunos adultos, e se difundiram no território brasileiro campanhas de alfabetização. A necessidade de oferecer a educação aos adultos surgiu em textos normativos anteriores, como nos da Constituição de 1934, que segundo seu artigo 150, parágrafo único, estabeleceu: a) “ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos” (BRASIL, 1937). Entretanto, foi na década seguinte que começaram as iniciativas concretas, com a preocupação em ofertar benefícios da escolarização às camadas da população até então excluídas, conforme expõe Costa (2013, p. 13):

A partir de 1946-1947 foi gerada a primeira Campanha Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos pelo Ministério da Educação, em um contexto pós-guerra, onde o Brasil passava por um processo de redemocratização após a queda do Governo Vargas.

Ventura (2001, p. 4) complementa que “[...] a primeira campanha oficial chamou-se Campanha Nacional de Alfabetização de Adolescentes e Adultos, que teve duração de 1947 até meados dos anos 1950, liderada por Lourenço Filho”.

Esse movimento foi importante porque o Governo Federal passou a encarar a alfabetização de adolescentes e adultos não atendidos na idade normal da escolarização, de 7 a 10 anos, como público que precisava de uma educação supletiva. Representou-se assim, um esforço político considerável e de expansão da educação para aqueles que não tiveram a escolarização na idade adequada.

Costa (2013, p. 13) afirma que o índice de analfabetismo em 1945 era mais de 50%, na ordem de 60%. Um importante resultado e aprendizado que se teve dessa campanha é que apenas a alfabetização não resolve as mazelas educacionais; deve haver uma ação mais ampla junto às comunidades. A partir de então, surgiram outras campanhas, como a Campanha da Educação Rural (1952) e a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (1958).

Nos anos 1950, foi considerável o trabalho realizado pelo educador Paulo Freire. O método que leva seu nome chamava a atenção dos educadores e políticos da época, pois acelerava o processo de alfabetização de adultos e tinha como ponto fundamental as palavras geradoras. Alfabetizava-se em uma relação dialógica, por meio do uso da leitura e escrita como ferramenta de conscientização e compreensão. Essa ação política representou também o objetivo de atender às exigências internacionais e demandas dos movimentos populares, além de diminuir os altos índices de analfabetismo. O analfabetismo era visto como efeito de uma sociedade injusta e o analfabeto como produtor de conhecimento.

No início da década de 1960, movimentos de educação e cultura populares ligados a organizações sociais, Igreja Católica e representantes das instâncias governamentais estaduais e municipais ampliaram as experiências de alfabetização de adultos orientados a conscientizar os participantes de seus direitos, com o intuito de propiciar o desenvolvimento de uma compreensão crítica da sua realidade para que nela pudessem intervir a fim de alcançar a base para a transformação das estruturas sociais injustas.

Uma diretriz totalmente contrária teve o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) da década de 1970 e a cruzada ABC, a vertente religiosa na Educação de Jovens e Adultos. Os movimentos de educação e cultura popular, como o MOBRAL, de acordo com Costa (2013, p. 16), surgiram como sequência das campanhas de alfabetização dos adultos iniciadas por Lourenço Filho, porém ideologicamente diferentes. Ainda segundo o autor, a preocupação do MOBRAL era somente fazer com que os alunos aprendessem a ler e escrever, sem preocupação maior com a formação do homem.

A busca pelo aumento da oferta a escolarização da população jovem e adulta pelos sistemas estaduais se atrelou às conquistas legais referendadas pela Constituição Federal de

1988, que em seu Art. 208 expõe que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Dessa forma, a educação de jovens e adultos passou a ser reconhecida como modalidade específica no conjunto das políticas educacionais brasileiras e constituiu-se em direito à educação gratuita para todas as pessoas.

No governo federal presidido pelo presidente Collor de Melo (1990-1992), em um discurso pronunciado pelo Ministro da Educação (1991-1992) José Goldemberg, observa-se a opinião de vários governantes em relação à modalidade de EJA quando o próprio ministro afirmou:

O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser pedreiro, vigia de prédio, lixeiro ou seguir outra profissão que não exige alfabetização. Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar. Vamos concentrar nossos recursos em alfabetizar a população jovem. Fazemos isso agora e desaparece o analfabetismo (AGUIAR, 2001, p. 33).

Pode-se verificar que a EJA deixou de ser uma das prioridades para lidar, essencialmente, com a alfabetização nos primeiros anos da Educação Básica. Com essa medida, percebe-se que novamente a EJA foi envolta por verdadeiro descaso, mesmo com os pequenos esforços para obtenção de maior atenção por parte do governo, das políticas públicas:

Pelo que se nota, outra vez a Educação de Jovens e Adultos estava relegada a um plano secundário. As palavras do Ministro que se empossava, deixavam claro que o investimento nessa área não tinha sentido. Era mais lucrativo, para o Governo, investir na educação básica de crianças e adolescentes. O titular da pasta da educação esquecia que se não houvesse investimento para a redução do número de analfabetos com mais de 15 anos, a tendência seria e é de um aumento crescente do analfabetismo na faixa etária inferior aos 14 anos, visto que pais analfabetos e que já encontraram “seu lugar na sociedade (...)” dificilmente terão a preocupação em colocar seus filhos na escola (AGUIAR, 2001, p. 35).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96 (BRASIL, 1996), a Educação de Jovens e Adultos passou a ser considerada uma modalidade da educação básica nas etapas dos Ensinos Fundamental e Médio, desfrutando de uma especificidade própria, pelo qual se estabelece:

Art. 37, § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus

interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

Entretanto, é importante salientar a aprovação da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, a qual extinguiu a obrigatoriedade do poder público em oferecer o Ensino Fundamental para os que não tiveram acesso na idade própria a esse nível de ensino, e ainda suprimiu o compromisso de eliminar o analfabetismo no prazo de dez anos, bem como a vinculação dos percentuais de recursos financeiros estabelecidos em Lei. Na Emenda nº 14, por meio do Art. 5, § 3º, estipula que “a União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente”. Ou seja, a União passou a atuar em caráter complementar no que tange ao fornecimento dos recursos financeiros; pode-se perceber que a União se esquivava das responsabilidades na oferta do Ensino Fundamental, e assim verifica-se um retrocesso.

As discussões e experiências da educação de jovens e adultos na década de 1990, e por efeito das determinações legais foi promulgada, em 10 de maio de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, organizadas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2000). As Diretrizes superaram a preconceituosa visão de que o analfabeto ou iletrado é dito como inculto ou apto apenas para a realização de tarefas e funções proferidas de pouca ou sem qualificação no mercado de trabalho. Além disso, passaram-se a valorizar as características de tempo e espaço dos estudantes. O tratamento presencial dos conteúdos curriculares caracteriza as faixas etárias jovens e adultos e a formulação de projetos pedagógicos próprios dos cursos noturnos regulares e da EJA reconhecem-se as diversidades culturais e regionais, encontradas nas diferentes camadas sociais.

A educação de jovens e adultos foi incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, aprovado e sancionado em 2001 pelo Governo Federal. O Plano instituiu que a Educação de Jovens e Adultos deveria, no mínimo, ofertar a formação equivalente às oito séries do Ensino Fundamental e reconheceu a necessidade da produção de materiais didáticos, construção de técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente para atuar na modalidade (BRASIL, 2001).

Apesar das melhoras significativas nos últimos anos em relação à EJA no Brasil, o país ainda tem cerca de 13 milhões de analfabetos, o que representa 8,7% da população acima de 15 anos (G1 NOTÍCIAS, 2016). Além disso, os analfabetos funcionais, ou seja, indivíduos que conhecem letras e números, mas não conseguem ler e interpretar ou fazer

contas, é atualmente a condição de 27% dos adultos brasileiros. Nesse aspecto, DiPierro e Haddad (2015, p. 199) pontuam que:

Um dos resultados dramáticos, da combinação entre um mundo mergulhado no neoliberalismo e o avanço do direito à educação, tem sido a frustração diante da constatação de que os esforços por colocar a EJA na agenda dos governos não resultaram em avanços significativos. Tanto no Brasil, quanto no mundo, o número de analfabetos jovens e adultos diminui lentamente e os avanços na escolaridade desse grupo são tímidos. O dilema talvez resida justamente na consequência maior das políticas neoliberais: o aprofundamento das desigualdades sociais, cenário em que os potenciais educandos da EJA não poderiam mesmo ver seus direitos realizados (DI PIERRO; HADDAD, 2015, p. 199).

Assinala-se que ainda há muito a ser feito para estabelecer de forma efetiva a EJA no Brasil. Pode-se verificar esse esforço e desafio no atual Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, o qual estabelece diversas estratégias para a referida modalidade, tais como integrar a EJA à educação profissional, melhorar as estruturas físicas dos prédios públicos, estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados entre outras. Tudo isso se faz necessário para melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem dos alunos dessa modalidade, para que estes possam almejar muito mais que a simples conquista da certificação do ensino básico, mas que possam conquistar, de fato, a dignidade e melhoria na qualidade de vida, por meio dos conhecimentos sistematizados adquiridos e produzidos.

Salienta-se que na atual conjuntura política do Brasil, com a terrível aprovação em segundo turno e consequente promulgação da lei que estabelece um teto para os gastos públicos pelos próximos vinte anos, o Projeto de Lei nº 55/2016, verifica-se a execução de uma política que vai à contramão do que rege a Lei nº 9.394/96 (LDB), Lei nº 13.005/2014 (Metas e estratégias do PNE). Exemplo disto é a proposta de ofertar o ensino integral na Educação Básica, com a Medida Provisória nº 746 (Reforma do Ensino Médio). Para que isso seja possível, são necessários mais investimento na área da educação, a fim de contratar mais professores, adequar o quadro curricular, ampliar a distribuição de materiais didáticos, merenda entre consequências. Porém, com a limitação de investimentos nesse setor, torna-se inviável atingir as metas estabelecidas pelo PNE/2014 e a tendência é colocar em queda a qualidade do ensino público em todos os seus níveis e etapas, devido à escassez de recursos financeiros.

## **A INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE EJA E O ENSINO DE GEOGRAFIA**

A investigação da instituição pública referida tem como finalidade a oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos que buscam dar continuidade a seus estudos no Ensino Fundamental ou Médio, garantindo-lhes oportunidades apropriadas, levando em consideração o atendimento às suas características, interesses, condições de vida e de trabalho mediante ações didático-pedagógicas coletivas e/ou individuais.

O número de alunos na instituição analisada é variável, pois alguns discentes realizam a matrícula e não comparecem para dar sequência aos estudos. Além disso, por oferecer o atendimento individual, diariamente novos alunos ingressam na escola. A referida instituição conta com 182 professores que formam o corpo docente, que no momento da pesquisa 10 profissionais estavam afastados de sua função. Desse total, nove professores ministram a disciplina de Geografia, todos lecionam no Ensino Fundamental, e seis no Ensino Médio; vale ressaltar que nenhum professor de Geografia encontrava-se afastado (SEED, 2015).

### **Organização da disciplina de Geografia**

A disciplina de Geografia na modalidade de EJA é oferecida na forma presencial, mantendo uma organização individual e coletiva para os Ensinos Fundamental e Médio, nos turnos matutino, vespertino e noturno. Para que o aluno ingresse na EJA, faz-se necessário que tenha no mínimo 15 anos de idade, no Ensino Fundamental e no mínimo 18 anos para o Ensino Médio, conforme o estabelecido no Art. 38, § 1º da LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996).

Na Geografia para a Educação Básica, o objeto de estudo/ensino é o espaço geográfico. As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná apontam os Conteúdos Estruturantes que passam a ter sua abordagem teórica reelaborada em razão das transformações histórico-políticas que modificaram as relações socioespaciais em todas as escalas geográficas, a saber: Dimensão econômica do espaço geográfico; Dimensão política do espaço geográfico; Dimensão socioambiental do espaço geográfico; Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico. Vale salientar que os conteúdos devem ser trabalhados em diferentes escalas: local, regional, nacional e mundial.

Na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, para o discente concluir a disciplina de Geografia no Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), é necessário que tenha a presença no mínimo de 256 horas/aulas. Essas aulas são assim organizadas (Quadro 1):

Quadro 1 – Carga horária – Disciplina de Geografia (Ensino Fundamental)

Ano	Carga horária a ser cursada (mínima)
6º	64 h.
7º	64 h.
8º	64 h.
9º	64 h.

Fonte: RIGOLIN; MOREIRA, 2015.

Conforme aponta o Quadro 1, para que o aluno conclua o 6º ano do Ensino Fundamental, é necessário que ele obtenha no mínimo 64 horas/aulas cursadas. Além disso, necessita ter um aproveitamento igual ou superior a 6,0 pontos, ou seja, no mínimo 60% para que seja aprovado na respectiva série. Após ter concluído o 6º ano, o discente irá estudar o 7º ano, e essa dinâmica se repetirá até a conclusão do 9º ano, encerrando assim o Ensino Fundamental. O processo de quantificação da avaliação do aluno é evidenciado no Quadro 2:

Quadro 2 – Organização do sistema avaliativo – Disciplina Geografia (Ensino Fundamental)

Ano	Avaliação (valor)	Atividades (valor)	Total
6º	7,0	1º (1,5); 2º (1,5)	10,0
7º	7,0	1º (1,5); 2º (1,5)	10,0
8º	7,0	1º (1,5); 2º (1,5)	10,0
9º	7,0	1º (1,5); 2º (1,5)	10,0

Fonte: RIGOLIN; MOREIRA, 2015.

No EJA, o aluno tem contato com dois materiais didáticos a serem estudados em cada ano: o livro didático oferecido pelo Governo Federal e o material complementar de estudo, cuja elaboração é realizada pela própria escola. Os professores de cada disciplina se unem e constroem esse material com o intuito de facilitar e complementar as informações para a construção real da aprendizagem dos alunos. É importante frisar que o material de autoria da escola é gratuito e todos os alunos a ele têm acesso no momento da aula. Quando necessário, podem levar para casa, porém isto ocorre com menos frequência, pois a quantidade impressa do material complementar não é suficiente a todos, visto que é a própria escola quem custeia as despesas financeiras com a impressão dos materiais.

Conforme mencionado no Quadro 2, os professores dividem o total da nota em três partes. Com isso, estabelecem que o discente estude os conteúdos do livro didático do Governo Federal e realizará a atividade 01 no valor de 1,5 pontos. Essa atividade geralmente está relacionada a quatro capítulos. Posteriormente, os alunos estudam o caderno complementar elaborado pela escola, e ao final do estudo desse exemplar, realizam a atividade 02 no valor de 1,5 pontos. Por fim, após o estudo dos dois materiais, o aluno

agenda sua avaliação, que engloba os conteúdos e as atividades de ambos os materiais. A avaliação é realizada sem consulta e tem o valor de 7,0 pontos. Para o aluno ser aprovado, necessita de ter no mínimo 6,0 pontos, para que alcance a série seguinte.

Assinala-se que existe uma avaliação denominada Prova de Aproveitamento que os alunos podem solicitar à escola. Seu objetivo é eliminar as séries das disciplinas que o mesmo deve cursar. Trata-se de uma prova que a escola oferta para o aluno a fim de posicioná-lo e verificar qual a série pertinente para a sua volta aos estudos.

### **Análise do material didático na disciplina de Geografia**

O material didático de Geografia direcionado para a Educação de Jovens e Adultos e oferecido pelo Governo Federal trata-se do livro Caminhar e Transformar – 1ª edição, direcionado para o Ensino Fundamental. Esse livro foi avaliado e distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), cujo exemplar deve ser utilizado entres os anos de 2014 a 2016.

Os professores de Geografia da instituição em questão realizaram uma sugestão de divisão das unidades do livro Caminhar e Transformar e, após diversas análises, estruturaram o conteúdo (Quadro 3):

Quadro 3 – Unidades do livro didático de Geografia – Caminhar e Transformar

Ano	Unidade	Capítulos	Carga horária
6º	Iguais e diferentes	1, 2, 3 e 4	64 h.
7º	Aqui é meu lugar	1, 2, 3 e 4	64 h.
8º	Trabalho e transformação	1, 2, 3 e 4	64 h.
9º	Mundo cidadão	1, 2, 3 e 4	64 h.

Fonte: RIGOLIN; MOREIRA, 2015.

Ainda assim, à época da pesquisa o referido livro não estava sendo utilizado por todos os docentes, pois estes estavam adaptando os conteúdos e os materiais que serão utilizados para ministrarem as aulas, com o auxílio do novo livro didático. Além disso, os professores estavam elaborando o material didático complementar, ofertado pela escola, de suma importância aos alunos para compreensão do conteúdo.

Os professores utilizam o livro didático multidisciplinar da Coleção Tempo de Aprender, distribuído pelo MEC por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), cujos exemplares teriam vigência entre os anos de 2011 a 2013, e cada volume da coleção está voltado para determinada série, como exemplo: volume 1, ao 6º ano, volume 2, ao 7º ano, volume 3, ao 8º ano, e volume 4, ao 9º ano do Ensino Fundamental. Cada volume

contém as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Língua Estrangeira – Inglês e Artes desse nível de ensino.

Os professores, sujeitos da pesquisa, avaliam o novo livro didático Caminhar e Transformar como um material inferior no tocante à qualidade e complexidade dos conteúdos a serem trabalhados e constataram que precisam de maior tempo para se habituar ao novo livro que deveria estar em uso. Isso não significa que o livro que está sendo utilizado pela escola, que remonta à vigência passada, seja repleto de qualidades; ao contrário, existem muitos problemas em relação à maneira como os conteúdos são apresentados. Muitos dos exercícios propostos no material não têm como ser aplicados na realidade da EJA; aliás, os temas apresentados nos livros do Governo Federal são expostos com superficialidade e limitada inter-relação com a realidade dos estudantes.

No desenvolvimento dessa pesquisa, observou-se que a estética gráfica dos livros didáticos da EJA, distribuídos pelo MEC, são de boa qualidade. Contudo, carece maior atenção em sua elaboração, pois dados conteúdos de Geografia são abordados com superficialidade, não permitindo ao estudante uma visão detalhada sobre os temas. A esse respeito, Takeuchi afirma que:

[...] o livro didático está intimamente ligado à forma escolar disseminada há um século ao menos. Se considerarmos esse aspecto, é evidente que, na ausência de uma forma escolar definida para a EJA e na indeterminação de continuidade dos programas que se construíram, os livros didáticos também não tenham se formatado para essa modalidade de ensino. Se o ensino carece de livros, a recíproca também pode ser verdadeira: o livro se define conforme ensino, e as Editoras ressentem a ausência de uma forma (TAKEUCHI, 2005, p. 38-39).

Nos exemplares direcionados ao 6º e 7º anos do Ensino Fundamental da Coleção Tempo de Aprender, voltado para a EJA, praticamente inexistem explicações referentes aos conceitos da disciplina de Geografia como espaço, território, lugar, paisagem, entre outros. Os textos desses exemplares possuem poucas linhas e direcionam poucas informações aos leitores; não há ligação suficiente entre um tema e outro, as explicações são rasteiras e superficiais. Os conceitos estão sobrepostos, sem espaço e tempo suficiente para que os alunos raciocinem, compreendam e assimilem as informações, pois logo após a apresentação rápida e sem detalhes já é abordado um novo conceito, configurando, assim, uma das principais dificuldades de entendimento dos alunos.

Algumas questões propostas no livro analisado na pesquisa não têm condições de serem trabalhadas na sala de aula e necessitam de um tempo maior para resolvê-las. Para isso, é necessário formar grupos de trabalho e até atividades fora da própria escola.

Acredita-se que a utilização se destina aos alunos do ensino regular, pois as pessoas que buscam a EJA procuram concluir os estudos em um tempo reduzido. Existem algumas perguntas que subestimam a capacidade do estudante pela falta de objetivo apresentado na questão. Tem-se a impressão que não se consideram os conhecimentos construídos ao longo da vida pelos adultos.

Os livros do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental analisados não são totalmente ineficientes, neles há observações positivas que devem ser salientadas, tais como a existência de imagens, mapas, fragmentos de textos, jornais, revistas, poemas e charges que integram a realidade do aluno com o conteúdo estudado. Ressalta-se que a escrita dos textos visa ao diálogo com o leitor, e o que se sobressai é a apresentação dos temas em que se realizam perguntas cujas respostas são praticamente instantâneas, o que facilita a interação e correlação com o cotidiano do leitor. Deve-se destacar a existência de algumas atividades que procuram, de maneira simples, suscitar lembranças da infância e outras épocas dos estudantes a fim de estabelecer uma mediação com o conteúdo presente na vida do aluno.

Já no livro da mesma coleção para o 8º ano do Ensino Fundamental analisado, há uma boa apresentação dos assuntos com linguagem acessível e que explica os conceitos ali abordados. Apresentam-se mapas, trechos de músicas e leis que possibilitam um sentido e entendimento para os leitores, ao menos se viabiliza a compreensão da temática. Ainda nesse material, encontram-se algumas questões que são inviáveis de serem aplicadas aos alunos da referida modalidade, pois são necessários tempo extracurricular e espaço para a montagem de teatros à comunidade. A proposta é interessante, mas para alunos do ensino regular.

Por fim, o material do 9º ano do Ensino Fundamental da Coleção Tempo de Aprender apresenta o tema trabalho. Ilustra a triste realidade mundial, em que a falta de empregos e a desqualificação do trabalhador assolam a população. Assim, leva os alunos a se esforçarem para a continuidade de seus estudos, em cursos técnicos ou realizarem cursos de Ensino Superior. Nessa perspectiva, os alunos apreendem algumas leis que regulamentam o trabalho no território nacional, bem como apresentam os direitos básicos do consumidor e correlaciona-os com o processo de globalização e seus desdobramentos econômicos, políticos, naturais e sociais, e o aluno tem ideia dos mais variados reflexos que esse processo tem em seu dia a dia. Entende-se que esse material está adequado, pois ao tratar do encerramento da disciplina de Geografia no Ensino Médio, possibilita ao aluno

uma compreensão da realidade e do motivo pelo qual o ensino geográfico é tão importante em sua vida.

### **Ensino Fundamental: identificação do público e as opiniões sobre os materiais didáticos da disciplina de Geografia**

Com o objetivo de compreender a realidade dos alunos do Ensino Fundamental da EJA na escola investigada, aplicou-se um questionário para identificar o perfil dos alunos, conhecer a quanto tempo frequentam tal modalidade de ensino, saber suas opiniões em relação aos materiais didáticos, seja o livro oferecido pelo Governo Federal ou aquele disponibilizado pela escola. Do mesmo modo, verificou-se se os discentes têm o desejo de prosseguir com os estudos após a conclusão do Ensino Fundamental.

Pelas respostas ao questionário, observou-se que a faixa etária dos alunos é muito variável, há alunos de 17 a 56 anos, no período noturno. Analisaram-se os dados nos meses de fevereiro, março e julho de 2015, e a faixa etária entre 17 a 21 anos obteve a maior quantidade de pessoas. A maioria dos alunos que respondeu ao questionário não possui filhos, geralmente os que possuem filhos são os alunos com mais de 25 anos.

Os alunos que frequentam o EJA, como aponta o questionário, não concluíram os estudos em idade regular, pois tiveram que deixar a escola para ingressar no mercado de trabalho de forma precoce, porém há outras justificativas para a desistência dos estudos, como, por exemplo, motivos pessoais, como cuidar da prole, dedicar-se à família, e ainda existem as questões psicológicas. Alguns alunos, como os deficientes auditivos, abandonaram os estudos quando crianças ou adolescentes por falta de estrutura para o atendimento especializado.

Com relação ao livro didático utilizado, a maioria dos alunos avalia o material como de boa qualidade e justifica a resposta salientando a presença de gráficos, tabelas e imagens que facilitam a aprendizagem. Alguns discentes conseguem apreender o conteúdo e responder as questões propostas, como revelaram no questionário.

Conforme as respostas dos questionários e os comportamentos dos alunos em sala de aula, verificou-se que muitos discentes não sentem dificuldades de responder às questões do livro, pois relataram que os conteúdos abordados são fáceis de entender. Entretanto, isso não corresponde à realidade de todos. Muitos alunos possuem dificuldades com a gramática, escrevem de forma errada, não consegue transcrever as ideias que estão na mente para o analógico, vários educandos não compreendem o significado de algumas

palavras, possuem dificuldades de interpretação das atividades, pois revelam que algumas questões são muito extensas e ao fim da leitura não sabem o que devem fazer. Além disto, alegaram não se recordar do que apreenderam na escola quando estudavam no ensino regular.

Sobre o material “complementar”, ou seja, as apostilas de autoria dos professores da disciplina, todos os alunos avaliaram o material de forma positiva, considerando que ajuda e facilita o entendimento dos conteúdos. Portanto, os educandos tecem vários elogios aos exemplares, principalmente por serem bem elaborados, com linguagem acessível, sem desviar o foco científico e consideram que os materiais “complementares” como um “reforço” fundamental para a construção e conquista da aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao encerrar as análises aqui mediadas, pode-se concluir que a história da educação de jovens e adultos no Brasil está marcada por avanços e retrocessos, dentre os quais, algumas conquistas no âmbito político das últimas décadas foram obtidas. Como exemplo, destaca-se a sua própria institucionalização enquanto uma modalidade de ensino. Entretanto, há muito que se fazer para que haja a real valorização da EJA, pois se percebe uma lacuna, sobretudo no contexto político-social com relação à desvalorização e preconceito por parte de algumas pessoas e grupos político-partidários.

O atual PNE, Lei nº 13.005/2014, trouxe algumas estratégias a serem alcançadas para favorecer essa modalidade, tais como integrar a EJA com a educação profissional, associando com os setores empregadores. Todavia, ainda é preciso melhorar a “base”, por meio da formação continuada dos professores que ensinam na EJA. É necessária ainda a destinação de mais recursos financeiros para a melhoria física e estrutural dos prédios públicos, da merenda escolar, fornecimento de materiais, entre outros aspectos estruturais para a sua ampliação e melhoria.

Além disto, há de se ter mais cuidado na organização e construção dos materiais didáticos na modalidade de jovens e adultos. Mediante a pesquisa desenvolvida foi possível evidenciar que o ideal seria que os materiais que chegam até a escola em questão, deveriam passar por uma equipe de professores que selecionariam o conteúdo, construiriam as atividades e ilustrações do livro e, posteriormente, passariam por uma avaliação de outros professores pesquisadores que utilizarão o referido material. Nesse sentido, as escolas, em conjunto com os professores, devem ter a possibilidade de escolher o livro que será

trabalhado no decorrer do ano letivo. O governo deve apresentar diversas opções de material didático aos professores, para que estes selecionem os melhores a serem utilizados. Ao analisarmos a compreensão adquirida pelos alunos por meio do material utilizado foi possível identificar que o livro didático adotado na EJA, não considera os conhecimentos construídos ao longo da vida pelos adultos. Apesar de relatarem compreender os conteúdos presentes no livro, os alunos consideraram que o material de apoio produzido pelos professores é mais adequado e facilita o entendimento dos conteúdos.

Por fim, considera-se que a formação dos homens e mulheres é o meio mais importante para desenvolver a consciência e a criticidade nos sujeitos, a fim de que estes possam compreender a sua realidade histórica, avaliar e buscar alternativas para o desenvolvimento humano e social, o qual deve promover a busca por igualdade de condições. Destaca-se a necessidade de um ensino público de qualidade, inclusive urge definir o que é o “padrão mínimo de qualidade” que consta na Constituição Federal de 1988. Deve-se considerar a importância que os professores possuem na sociedade, pois em diversos lugares do país, mesmo com as estruturas físicas das escolas em estado paupérrimo, materiais inadequados ou sem materiais mínimos necessários, estes profissionais atuam em sua função de forma honrosa e motivam seus alunos a continuarem estudando.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. **Educação de Adultos no Brasil: políticas de (des)legitimação**. 2001. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2007.

\_\_\_\_\_. Constituição (1934). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial [da] União dos Estados do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

\_\_\_\_\_. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial [da] União dos Estados do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm)>.

Acesso em: 25 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB n. 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL-COSTA, Cristiane. **História da Alfabetização de Adultos**: de 1960 até os dias de hoje. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BRASIL tem 13 milhões de analfabetos. **Profissão Repórter/G1 Notícias**, 21 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/07/brasil-tem-13-milhoes-de-analfabetos.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

BREVE histórico da educação de jovens e adultos. **Jovens e Adultos Como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. [s. d.]. Disponível em: <<http://viviane.meister-gamer.tripod.com/id1.html>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

COSTA, Carlos Odilon da. **Fundamentos e currículo da educação de jovens e adultos**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sergio. Transformações nas Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do Terceiro Milênio: uma análise da agenda nacional e internacional. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00197.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2016.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_eja.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Consulta Escolas**. Curitiba: SEED, [s. d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/eVVVyz>>. Acesso em: 22 maio 2015.

TAKEUCHI, Márcia Regina. **Análise material de livros didáticos para educação de jovens e adultos**. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/10557/1/dissertaeja.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2015.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigos/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2015.